

Referências Bibliográficas

AUSTRALIA. National Archives of Australia. Manual for designing and implementing recordkeeping systems (DIRKS Manual). Canberra, 2001 (ver. July 2003). Disponível em: [http://www.naa.gov.au/recordkeeping/dirksman /dirks.html](http://www.naa.gov.au/recordkeeping/dirksman/dirks.html). Acesso em 22 de setembro 2007.

BRASIL -Arquivo Nacional. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51).

CRUZ, Emília Barroso. Manual de gestão de documentos. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, 2007. (Cadernos Técnicos do Arquivo Público Mineiro, 1).

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 19ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

INTERNATIONAL STANDARD. ISO 15.489-1. Information and documentation – Records management: Part 1 – General. ISO 2001.

INTERNATIONAL STANDARD. ISO 15.489-1. Information and documentation – Records management: Part 2 – Guide Lines. ISO 2001.

LOPES, Luís Carlos. A informação e os arquivos: teorias e práticas. Niterói: EDUFSCar; EDUFF, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023. Belo Horizonte, 2007. 52 p.

Referências Legislativas

Legislação Federal

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932. Regula prescrição quinquenal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 out. 1966.

BRASIL. Lei 5.443, de 08 de maio de 1968. Regula a Microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 10 jun. 1968.

BRASIL. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 jan. 1973.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 09 jan. 1991.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 jul. 1991.

BRASIL. Lei 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 03 jun. 1992.

BRASIL. Lei 8.443, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 jul. 1992.

BRASIL. Decreto n. 1.799, de 30 de janeiro de 1996. Regulamenta a Lei n. 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a Microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 31 jan. 1996.

BRASIL. Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 fev. 1998.

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Código Civil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 11 jan. 2002.

BRASIL. Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às Transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 26 jul. 2007.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 set. 2008.

BRASIL. Lei n. 12.682, de 09 de julho de 2012. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jul. 2012.

BRASIL. Lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do & 3º do art. 37 e no & 2º do art.216 da Constituição Federal; altera a Lei n.8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei n.11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 nov. 2011.

Legislação Estadual

MINAS GERAIS. Lei n.869, de 5 de julho de 1952. Dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis do Estado de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 jul. 1952.

MINAS GERAIS. Decreto n. 39.504, de 24 de março de 1997. Cria o Conselho Estadual de Arquivos - CEA, e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25 mar. 1997.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Arquivos. Deliberação n.4, de 17 de dezembro de 1998. Dispõe sobre os procedimentos para a Eliminação de documentos de arquivo no âmbito dos Órgãos e Entidades integrantes da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 dez. 1998.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Arquivos. Deliberação n. 5, de 17 de dezembro de 1998. Estabelece os procedimentos para entrada de acervos arquivísticos públicos no Arquivo Público Mineiro. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 dez. 1998.

MINAS GERAIS. Decreto 40.186, de 22 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a gestão de Documentos Públicos. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 dez. 1998.

MINAS GERAIS. Decreto n.40.187, de 22 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Classificação de Documentos da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela de Temporalidade a ser adotada para os arquivos correntes dos Órgãos e Entidades integrantes da rede estadual de arquivos públicos. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 de dez. 1998.

MINAS GERAIS. Lei Complementar n.71, de 30 de julho de 2003. Institui a avaliação periódica de desempenho individual, disciplina a perda de cargo público e de função pública por insuficiência de desempenho do servidor público estável e do detentor de função pública na Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 31 jul. 2003.

MINAS GERAIS. Lei Complementar n.102, de 17 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 jan.2008.

MINAS GERAIS. Lei 17.600, de 01 de julho de 2008. Disciplina o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do poder executivo e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 02 de jul. 2008.

MINAS GERAIS. Decreto n. 44.888, de 04 de setembro de 2008. Altera o Decreto nº 43.697, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Administração

de Pessoal (CAP) Órgão integrante da estrutura da Advocacia-Geral do Estado. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 05 set. 2008.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado. Instrução Normativa 17, de 03 de dezembro de 2008. Estabelece normas sobre composição e apresentação das prestações de contas de exercício financeiro dos administradores e gestores dos Órgãos da administração direta estadual. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 dez. 2008.

MINAS GERAIS. Lei Delegada n. 179, de 01 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a organização básica e a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 jan.2011.

MINAS GERAIS. Lei n. 19.420, de 11 de janeiro de 2011. Estabelece a política estadual de arquivos. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 jan.2011.

MINAS GERAIS. Lei Delegada n. 180, de 20 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 jan.2011.

MINAS GERAIS. Decreto n. 45.969, de 24 de maio de 2012. Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25 maio 2012.

MINAS GERAIS. Decreto n. 46.295, de 12 de agosto de 2013. Dispõe sobre o uso e a gestão do sistema de gestão de documentos - SIGED - no âmbito do Poder Executivo Estadual. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 13 ago. 2013.

ISBN 978-85-99528-74-7



Patrocínio



Apoio



Realização

